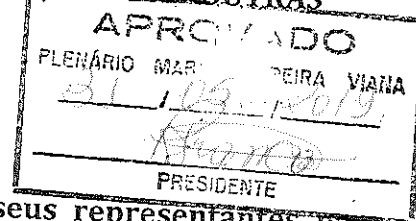


PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009 DE 15 DE MAIO DE 2019

**CONCEDE EMPRÉSTIMO NA FORMA DE
COMODATO, UM IMÓVEL LOCALIZADO NO
DISTRITO DE PANELINHA I, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**



O POVO DO MUNICÍPIO DE MIRAVÂNIA, por seus representantes na
CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e eu, Raimundo Nonato Pereira Luna, Prefeito
Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, Inciso III da Lei
Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder empréstimo na
forma de comodato, o imóvel localizado no Distrito de Panelinha I, onde funcionava a
Creche, a favor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES PANELINHENSES,
CNPJ - 00.101.232/0001-36.

Art. 2º - O contrato será firmado nos termos do artigo 579 a 585 do
Código Civil Brasileiro.

Art. 3º - Por ocasião da celebração do contrato entre o Município de
Miravânia e a Associação Comunitária dos Produtores Panelinhenses, será exibido
cópia do Estatuto Social devidamente registrado no Cartório competente, inscrição
perante a Receita Federal - CNPJ, certidão negativa de débito junto a Receita Federal,
Estadual, Municipal, FGTS, INSS, alvará concedido pela Prefeitura local, Certidão
Negativa de Débitos Trabalhista, Ata de posse da diretoria atual, reconhecimento de
utilidade pública Municipal e Estadual.

Art. 4º - O contrato de comodato terá a finalidade, as atividades inerentes
ao objeto social da Associação, conforme descrito no objeto social, bem como
atividade coletiva voltada para a agricultura familiar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 01.612.491/0001-94



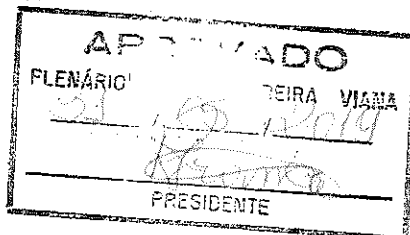
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009 DE 15 DE MAIO DE 2019


Art. 5º - O Contrato terá prazo indeterminado, com cláusula de reversibilidade, a contar de 90 (noventa) dias a partir da notificação para entrega do imóvel.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revoga as disposições em contrário.

Miravânia, Minas Gerais, 15 de maio de 2019.




Raimundo Nonato Pereira Luna
Prefeito Municipal

Raimundo Nonato Pereira Luna
PREFEITO MUNICIPAL
MIRAVÂNIA - MG



J U S T I F I C A T I V A

O Município mantém a posse de um imóvel localizado no Distrito de Panelinha I, onde funcionava uma creche.

O Código Civil Brasileiro prevê a concessão de empréstimo gratuito de imóveis (Art. 579/585), por exemplo: Contrato de Comodato.

Com a desativação das atividades de ensino acima mencionada no dito imóvel, até o momento, o Município não tem nenhuma política pública a ser implementada nesse local.

A Associação dos Produtores Panelinhenses, demonstrou interesse em instalar no local, suas atividades com o intuito de promover o bem comum da coletividade nessa comunidade.

Como o imóvel na situação que se encontra, sem uso, está sujeito a se deteriorar, pois com o passar do tempo, é normal tal circunstância.

Na proposta da concessão do empréstimo do referido imóvel, (comodato) abraça o trabalho de agricultura familiar, pois nesse caso, existe a




PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
01.612.491/0001-94



possibilidade de inclusão social, aumento da renda familiar, além de manter o imóvel em boa conservação, inclusive evitando vandalismo e depredação.

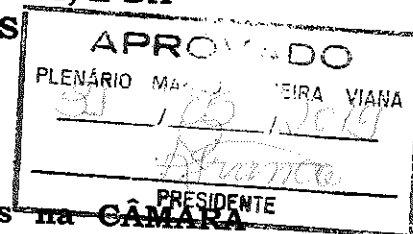
Ademais não há prejuízo para o Município, tão pouco dispêndio de recurso financeiro, sendo resguardado o direito de reversibilidade em caso do Município retornar com a atividade original do uso do imóvel, bem como para outro uso de interesse público.

Miravânia, 15 de maio de 2019.


RAIMUNDO NONATO PEREIRA LUNA
Prefeito Municipal

O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009 DE 15 DE MAIO DE 2019, após Emenda substitutiva modificativa passa a seguinte redação:

AUTORIZA A CONCESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL LOCALIZADO NO DISTRITO DE PANELINHA I, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS



O POVO DE MIRAVÂNIA, por seus representantes na CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e eu, Raimundo Nonato Pereira Luna, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso III da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o uso gratuito do bem público imóvel localizado no Distrito de Panelinha I, onde funcionava a Creche em favor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRUDUTORES PANELINHENSES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.101.232/0001-36.

Art.2º O contrato será regulado pelas normas de Direito Público.

Art.3º Por ocasião da celebração do contrato entre o Município de Miravânia e a Associação Comunitária dos Produtores Panelinhenses, será exibido cópia do estatuto Social devidamente registrado no Cartório competente, inscrição perante a Receita Federal- CNPJ, certidão negativa de débito junto a Receita Federal, Estadual, Municipal, FGTS, INSS, alvará concedido pela Prefeitura local, certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Ata de posse da diretoria atual, reconhecimento de utilidade pública Municipal e Estadual.

Art.4º A concessão de uso terá a finalidade, as atividades inerentes ao objeto social da Associação, conforme descrito no objeto social, bem como atividade coletiva voltada para agricultura familiar.

Art.5º O contrato terá prazo determinado, definido pelo Executivo, com cláusula de reversibilidade, a conta 90 (noventa) dias a partir da notificação para entrega do imóvel.

Art.6º esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.7º Revoga-se as disposições em contrário.

Miravânia, 29 de maio de 2019



JUSTIFICATIVA

O município mantém a posse de um imóvel localizado no Distrito de Panelinha I, onde funcionava uma creche.

A doutrina administrativa defende que o Poder Público deve preferir a adoção das formas regidas pelo direito público. A concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual a administração Pública faculta ao particular a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme a sua destinação. Sua natureza é a de contrato de direito público, sinalagmático, oneroso ou gratuito, comutativo e realizado *intuitu persone*.

No mesmo sentido, é o disposto no art.18 §2º da Constituição Estadual, e art.96, da Lei Orgânica do Município de Miravânia, que tem a seguinte redação: o uso de bens municipais, por terceiro, só poderá ser feito mediante concessão, ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público exigir.

Ante o exposto, infere-se necessário o adendo da Emenda substitutiva modificativa alterando a norma de direito privado "Comodato" para as de direito público "Concessão de Uso", modificando a nomenclatura supramencionada no projeto original 009/2019, bem como o art. 2º, passando o contrato administrativo para normas de direito público. E ainda, a modificação do art.5º, para prever prazo determinado, nos termos do art. 96, da lei orgânica do município de Miravânia/MG.

Importante ressaltar, que com a desativação das atividades de ensino acima mencionada no dito imóvel, até o momento, o Município não tem nenhuma política pública a ser implementada nesse local.

A Associação dos Produtores Panelinhenses, demonstrou interesse em instalar no local, suas atividades com o intuito de promover o bem comum da coletividade nessa comunidade.

O imóvel na situação que se encontra, sem uso, está sujeito a se deteriorar, pois com o passar do tempo, é normal tal circunstância.

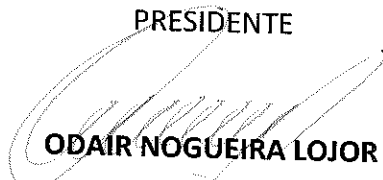
A proposta de concessão de uso abraça o trabalho de agricultura familiar, pois nesse caso, existe a possibilidade de inclusão social, aumento de renda familiar, além de manter o imóvel em boa conservação, inclusive evitando vandalismo e depredação.


Ademais não há prejuízo para o Município, tão pouco dispêndio de recurso financeiro, sendo resguardado o direito de reversibilidade em caso do município retomar com a atividade original do uso do imóvel, bem como para outro interesse público.

COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO


JOSÉ VIEIRA FILHO


PRESIDENTE

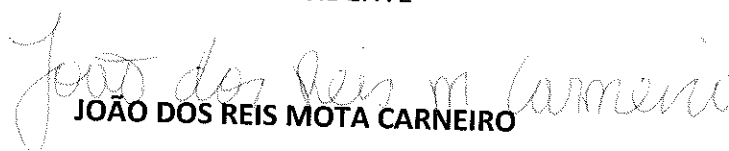

ODAIR NOGUEIRA LOJOR
VICE-PRESIDENTE


JOAQUIM FERNANDES DA MOTA
RELATOR

COMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS


JOAQUIM FERNANDES DA MOTA
PRESIDENTE


SEBASTIÃO ARAUJO DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE


JOÃO DOS REIS MOTA CARNEIRO
RELATOR

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS


JOÃO DOS REIS MOTA CARNEIRO

PRESIDENTE


MÁXIMO FERREIRA DE SOUSA

VICE- PRESIDENTE


JOSÉ VIEIRA FILHO

RELATOR

COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE PÚBLICA


ERICA VIANA MOTA CALDEIRA

PRESIDENTE


ANTONIO FERREIRA DA SILVA

VICE-PRESIDENTE


JOSÉ VIEIRA FILHO

RELATOR

Sala de Sessões Plenário Marco Pereira Viana Filho

Miravânia, 29 de Maio de 2019